



# Anais da Assembléia

Nº 23

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1.989  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (51).

Achando-se ausentes os seguintes senhores Deputados: Gernote Kirinus, Homero Oguido e Luiz Antonio Setti (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos senhores, às pessoas estranhas ao Plenário, que por obséquio se

retirem.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal).

36 Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE

Mensagens:

MENSAGEM Nº 43/89

Curitiba, 10 de abril de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação a dispositivos da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, e as suas posteriores alterações, com vistas a elevar de 16.790 para 17.492 policiais-militares, o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Conforme determinações contidas em legislação federal pertinente à matéria (Decreto nº 88.777, de 20 de setembro de 1983), o assunto de que trata o Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis foi preliminarmente apreciado pelos órgãos competentes do Ministério do Exército, tendo recebido manifestações favoráveis.

O Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, apresentando maior detalhamento quanto aos aspectos de necessidade e oportunidade da medida, juntou, em expediente a mim encaminhado, justificativa do seguinte teor.

### "1- EFETIVO PREVISTO

O efetivo previsto da Corporação foi fixado pela Lei nº 8.066, de 16 de dezembro de 1984, em 16.790 policiais-militares.

Está sendo proposto um aumento de 702 policiais-militares, totalizando 17.492, basicamente necessários para a transformação da atual 3ª Companhia Independente de Polícia Militar (3ª Cia.

Ind. PM), com sede em Guarapuava, em 16º Batalhão de Polícia Militar (16º BPM), e pequenas alterações na Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem), e no Batalhão de Polícia Rodoviária (BP Rv).

## 2. PARÂMETROS LEGAIS

Segundo o § 1º do art. 38, do Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983- R-200, os fatores a serem considerados na elaboração de uma proposta de efetivo são:

1. condições geo-sócio-econômicas;
2. evolução demográfica;
3. extensão territorial;
4. índices de criminalidade;
5. capacidade máxima anual de recrutamento e de formação de policiais-militares, em particular os soldados PM;
6. outros, a serem estabelecidos pelo Estado-Maior do Exército.

Em função disso e visando a maior aproximação possível desses indicadores o efetivo foi calculado com base nos seguintes dados:

### 1. Condições geo-sócio-econômicas

Neste item foram considerados os seguintes aspectos, por município;

- imposto de circulação de mercadorias (ICM)- Fonte: Secretaria da Fazenda.

- número de veículos automotores, face o emprego de policiais-militares no disciplinamento do trânsito urbano (DETRAN).

- população carcerária (levantamento do CPC e CPI).

A população carcerária é aquela existente, na época dos cálculos, nas cadeias públicas e em função da qual as Unidades Operacionais empregam uma parcela significativa do efetivo como segurança externa uma vez que, em sua maioria, é constituída por elementos de alta periculosidade e cuja fuga se constitui numa ameaça à manutenção da ordem pública.

### 2. Evolução demográfica.

A população é a constante no censo de 1980 e cuja fonte de consulta foi a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná (FAMEPAR).

### 3. Extensão territorial

Idem FAMEPAR

### 4. Índice de Criminalidade

O fator criminalidade não foi utilizado como elemento de ponderabilidade, mas sim no final dos cálculos para considerações posteriores, particularmente na constituição do efetivo dos destacamentos e formação de grupos (Fonte: SESP).

### 5. A capacidade máxima anual de

recrutamento e de formação da Corporação.

## 3. TRANSFORMAÇÃO DA 3ª CIA

IND. PM EM 16º BPM

Nos dias atuais, a cidade de Guarapuava e sua região de influência, que compreende mais os municípios de Pinhão, Inácio Martins, Prudentópolis, Laranjeiras do Sul, Cantagalo, Pitanga, Turvo, Palmital, Altamira do Paraná e Nova Tebas, ou seja, área de responsabilidade da 3ª Cia Ind. PM, defronta-se com índice de criminalidade preocupante, considerando-se o número de ocorrências comparativamente com a população e sua característica de grande concentração na área rural, o que tem ensejado inúmeras manifestações de autoridades locais, bem como da própria classe política em geral.

Por sua condição de cidade polo, Guarapuava concentra hoje, uma dinâmica muito ativa na movimentação de pessoas de negócios e valores e tem a condição da cidade universitária, fatores esses que propiciam a afluência àquela região de oportunistas e marginais.

O município de Guarapuava, pelo censo oficial de 1980, já abrigava mais de 125.000 habitantes, contando atualmente com uma população próxima aos 180.000 habitantes. Mesmo tendo perdido, em 1981, os distritos de Cantagalo e Turvo, permanece sendo o maior município em extensão territorial, o que o coloca como um dos de maior expressão no contexto paranaense. Releva notar que a população total a ser beneficiada pelo futuro 16º BPM será superior a 500.000 habitantes, considerando-se que pelo censo de 1980 habitavam na região 422.301 habitantes.

## 4. OUTRAS ALTERAÇÕES

a. O presente projeto procura atender as aspirações da comunidade paranaense no sentido de ampliar ou criar pelotões de Polícia Militar Feminina na capital e interior do Estado, pois, além de prever um Pel PM Fem na estrutura do futuro 16º BPM (Guarapuava), possibilita a ampliação das atividades da Companhia da Polícia Militar Feminina (Curitiba), dotando-a de mais dois pelotões e prevendo duas funções de 1º Tenente, a fim de possibilitar o acesso a esse posto das atuais 2º Tenentes, formadas no ano de 1981.

b. Igualmente, o projeto cria duas vagas de oficial no Batalhão de Polícia Rodoviária, tendo em vista as transformações que foram dadas pela Lei nº 7.882, de 27 de julho de 1984.

c. As demais alterações dos diversos quadros de organização referem-se a ajustes e ou consolidações, face o disposto na Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, e suas alterações no que se refere

ao aproveitamento das vagas dos quadros de oficiais em extinção, além de compatibilizar os quadros gerais e intermediários face a nova organização.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º- O artigo 1º da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, alterado pela Lei nº 8.066, de 26 de dezembro de 1984, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º- O efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná é fixado em 17.492 policiais-militares".

Art. 2º- Os anexos 1,2, e 3, integrantes da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 7.638, de 1º de setembro de 1982, nº 7.815, de 29 de dezembro de 1983, nº 7.882, de 27 de julho de 1984, nº 7.960 de 21 de novembro de 1984 e nº 8.066, de 26

de dezembro de 1984, passam a vigorar na forma dos anexos 1,2 e 3 desta Lei.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

#### ANEXO 2

QUADROS	TC	MAJ	CAP	1º T	SOMA
POL. RODOV. (1)	1	1	1	-	3
IMP.REL.PÚBL.(2)	-	-	1	-	1
MÚSICOS (2)	-	-	1	-	1
SOMA	1	1	3	-	5

(1) - Em extinção pela Lei nº 5.926, de 22 de abril de 1969.

(2) - Em extinção pela Lei nº 5.797, de 24 de junho de 1968.

#### ANEXOS À LEI Nº RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS ANEXO 1

QUADROS	CEL	TC	MAJ	CAP	1º T	2º T	SOMA
Q O P M	12	35	50	140	166	167	570
Q O B M	2	5	8	18	40	50	123
Q O P M feminino	-	-	-	-	2	9	11
Médicos	1	5	6	6	10	-	28
Q.S. Dentistas	1	2	7	8	8	-	26
Veterinários	-	-	-	1	2	-	3
Bioquímicos	-	2	1	1	3	-	7
Q.C.P.M.	-	-	-	1	1	-	2
Músicos	-	-	-	-	1	1	2
Q.O.E. Comunicações	-	-	-	-	1	2	3
Q.O.A.	-	-	-	13	25	73	111
Q.Of Extinção	-	1	1	3	-	-	5
TOTAL	16	50	73	191	259	302	891

#### RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS EM EXTINÇÃO

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO  
POLICIAL MILITAR GERAL  
ANEXO 3

QPMG	GRAD	ST	1° S	2° S	3° S	Cb	Sd	SOMA
QPMG	1- PRAÇAS PM	169	239	546	1.070	1.576	9.554	13.154
QPMG	2- PRAÇAS BM	25	44	84	411	605	1.886	3.055
QPMG	3- PRAÇAS PM Fem.		2	9	28	40	313	392
TOTAL		194	285	639	1.509	2.221	11.753	16.601

Ofícios:

Sob nº DTL/SAT 35/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 212/88, que versa sobre denominação da rodovia que menciona, tendo tal veto incidido sobre as expressões "da BR-487", constantes do art. 1º, eis que, segundo informações prestadas pela Secretaria de Estado dos Transportes, o trecho em referência, por se tratar de rodovia estadual transitória, é codificado como PRT-487. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT 33, 36 e 37/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei sob os nºs:

09/89 - DO PODER EXECUTIVO - que autoriza a Empresa Paranaense de Turismo- PARANATUR, a alienar, mediante concorrência pública, o lote de terreno que especifica, situado no quadro urbano de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei, tomou o nº 8.953. Anote-se - Arquive-se.

015/89 - Do Deputado Pirajá Ferreira, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Carlos Antônio de Almeida Ferreira, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.955. Anote-se - Arquive-se.

059/89 - DO PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre a contratação de Servidores, em caso de excepcional interesse público, para atender temporária necessidade de serviço, na administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.956. Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 562

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência aos seguintes Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 219/88 - de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DOIS VIZINHOS-PR, com sede e foro na cidade de Dois Vizinhos-Pr.

PROJETO DE LEI Nº 224/88, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que declara de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC DE MARILUZ- Pr, com sede e foro na Cidade de Mariluz-Pr.

PROJETO DE LEI Nº 232/88, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE AMPARO AS PESSOAS IDOSAS, Wajun Kai de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá-Pr.

PROJETO DE LEI Nº 287/88, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Maestro Alceo Bochino.

PROJETO DE LEI Nº 245/88, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas estradas estaduais.

PROJETO DE LEI Nº 343/88, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que transfere a obrigação de taxas de água e energia elétrica das escolas municipais do Governo do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 344/88, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que denomina-se "Rodovia José Henrique Rupp", o trecho da estrada compreendido entre o entroncamento da PR- 281, ao entroncamento da PR 473, no Município de São Jorge D'Oeste. Pr.

Sala das Sessões, em 13.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

## REQUERIMENTO N° 595

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei n° 028/89, de autoria do Deputado subscrito, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor JOÃO ZENON DE FERREIRA BANDEIRA, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

A justificativa apresentada ao Projeto de Lei n° 028/89, por si só explicaria a necessidade de reconhecermos ZENON BANDEIRA como pessoa honorável do Paraná. Entretanto, juntamos aos argumentos enviados, mais um: a liderança que ZENON BANDEIRA vem exercendo, à frente da Secretaria Executiva da Federação das Misericórdias e Hospitais Filantrópicos do Estado do Paraná, por melhores condições de funcionamento e manutenção das unidades filantrópicas; por maiores recursos e atenções por parte dos órgãos oficiais.

Esta Casa Legislativa não pode, portanto, furtar-se de tão propícia oportunidade para conceder a cidadania paranaense ao Senhor Zenon Bandeira.

Sala das Sessões, em 13.04.89.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário seja concedido Regime de Urgência ao Projeto Governamental n° 213/88.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) HOMERO OGUIDO.

## REQUERIMENTO N° 567

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, PREFERÊNCIA DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO para o Projeto de Lei n° 68/89, de autoria do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO N° 597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, preferência de votação ao Projeto de Lei n° 69/89.

Sala das Sessões; em 18.04.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

Apoiamento: José Alves, David Cheriegate, João Arruda, Paulino José Delazeri, Edmar Luiz Costa, Algaci Túlio, Nelson Vascon-

cellos, Irondi Pugliesi, Hermas Brandão, Namir Piacentini, Raul Lopes, Antônio Costenaro Neto, Pedro Tonelli, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Antônio Bárbara, Nereu Carlos Massignan, José Rogério Carvalho.

## REQUERIMENTO N° 566

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, com base no Art. 108, do Regimento Interno, seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 324/88, que dispõe sobre a autorização para o Governo do Estado do Paraná expedir ao Município de Ponta Grossa, um título de domínio pleno do imóvel denominado "Botuquara", situado naquele Município. Esse Projeto de Lei se encontra em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

## REQUERIMENTO N° 576

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

## REQUERIMENTO N° 561

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo passamento da Senhora CONSTANTINA CENCI, ocorrido no dia 09 do corrente, na cidade de Chopinzinho, neste Estado. Mãe de uma família exemplar e tradicional no município de Chopinzinho, onde seu filho Carlos Francisco Cenci, exerceu o cargo de Prefeito Municipal.

Sendo assim, é justo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, associe-se a dor da família enlutada, transmitindo-lhes as condolências deste Poder aos filhos: CARLOS FRANCISCO, LURDES, ÂNGELO, TEREZINHA, CELSO, GRACIOSA, EUCLIDES, IRMA, OLIVO, ANA e CARMEM.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento à família na pessoa do Sr. Carlos Francisco Cenci, na Av. 15 de novembro, 991 - Chopinzinho - PR.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO N° 569

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do ex-ministro DILSON FUNARO, ocorrido na noite de ontem em São Paulo.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário seja comunicado seus familiares em São Paulo.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, na noite de ontem em São Paulo, um dos mais ilustres homens públicos que a Nação brasileira conheceu, Dilson Funaro.

Empresário, ocupou diversos cargos públicos, tendo se notabilizado no Ministério da Fazenda onde implantou o Plano Cruzado.

REQUERIMENTO N° 575

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer a consignação de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. PAULINO STEDILE, ex-Prefeito do Município de Coronel Vivida, neste Estado, ocorrido em data de 15 do corrente mês, naquela Cidade.

Outrossim, requer seja dada ciência da decisão deste Plenário à família enlutada, à Av. General Marquês n° 786, em Coronel Vivida.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 583

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente sessão, do envio de voto de profundo pesar, pelo passamento da Sra. HELENA NASTAS SALLUM, nascida a 27 de maio de 1912, o qual ocorreu no dia 17 de abril em curso, na cidade de Ponta Grossa. Deixa os seguintes filhos: Samira, Rosalie, Marlene, Selta, Yasid, Miguel, Samir, Nassima e Marli, bem como 19 netos e 2 bisnetos.

Pertencente a uma das mais tradicionais famílias da cidade de Ponta Grossa, a Sra. Helena era casada com o Sr. Miguel Sallum, destacado empresário da região e a quem Ponta Grossa deve o seu reconhecimento.

O infausto acontecimento veio abalar de maneira profunda a sociedade local onde possuía muito amigos e onde Dona Helena, como mãe exemplar e esposa dedicada que era, gozava do mais alto conceito e admiração daqueles que com ela tiveram o pri-

vilégio de conviver.

Desta decisão, Requer, ainda seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: R. Dr. Colares, 354 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) DJALMA DE AMEIDA CESAR

REQUERIMENTO N° 587

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Assembléia, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento prematuro do Sr. ALOÍSIO ALVES PEREIRA, ocorrido no dia 11 de abril próximo passado.

O extinto, pessoa humilde e trabalhadora, sempre teve o seu espírito voltado para servir o povo. Ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de São Pedro do Ivaí, onde desempenhou as funções de Vereador com muito esforço e dedicação, obtendo a admiração e confiança daqueles que mais tarde o elegeram vice-prefeito.

Extremamente ligado às raízes do campo, o Sr. Aloísio chegou ao cargo de Prefeito Municipal de São Pedro do Ivaí, e seu mandato estava sendo conduzido com o dinamismo e a honestidade que lhe eram peculiares.

Neste momento de tristeza e dor, queremos manifestar nossa solidariedade e conforta à família enlutada, na pessoa da esposa Senhora Carla Montan Pereira.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

REQUERIMENTO N° 565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata da sessão de hoje, voto de louvor pelo lançamento do livro "Símbolos de Guarapuava", de autoria das ilustres Professoras ALCIOLY TEREZINHA GRUBER DE ABREU e GRACITA G. MARCONDES.

Solicito que da decisão do Plenário, seja dada ciência às autoras do referido livro e ao professor Wilson Luiz Camargo, mui Digno Diretor da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, no seguinte endereço: R. Presidente Zacarias, 875 - Guarapuava - PR.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

As autoras do livro "Símbolos de Guarapuava", desenvolveram pesquisas significativas sobre o Hino, Escudo e Bandeira do Município.

O objetivo foi a verificação do projeto original do escudo em suas várias for-

mas, letra e música do Hino e a estampa da Bandeira, despertando o interesse maior no espírito de civismo da comunidade guarapuavana e dos próprios educandos.

A apresentação da obra por parte das professoras, na qual com galhardia e brilhantismo expuseram suas conclusões, merecendo nossas congratulações.

#### REQUERIMENTO N° 474

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos pela realização do XVI CONGRESSO DA JUVENTUDE UCRANIANO-BRASILEIRA, realizado em União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos jovens CLEMENTE JASKIW, JOÃO STADNIK, Professora FILOMENA PROCEK e EUGÊNIO COVALCHUK PRIMO, para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem toda a população Ucraniana Paranaense, inclusive, cientifiquem em nosso nome ao Reverendíssimo Padre JOSAFAT GAUDEDA e a Sua Excelência o Bispo Dom EFRAIM BASÍLIO KREVEY.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O XVI Congresso da Juventude Ucraniano-Brasileira foi presidido por Clemente Jaskiw, Presidente da JUMA - Juventude Ucraniana Mariana de União da Vitória e pelo Presidente da AJUB - Associação da Juventude Ucraniano-Brasileira, João Stadnik.

Contou com a presença do Bispo Dom EFRAIM BASÍLIO KREVEY agraciado com o título de Cidadão Honorário de União da Vitória. Na oportunidade foi eleito o novo Presidente da AJUB, JAIRO OSCAR NASCIMENTO, de Curitiba. Ao evento estiveram presentes 500 jovens, sendo 300 participantes do congresso e 200 participantes do I Simpósio de Danças Ucranianas.

O objetivo foi uma reunião fraterna para manter sempre acesa a chama das tradições, das raízes ucranianas entre os descendentes dessa etnia e também para avivar a fidelidade à crença religiosa e ao idioma.

Destaco este acontecimento pelo que tem representado o trabalho da Juventude Ucraniano-Brasileira que empenha lutando para manter vivas as suas tradições, desenvolve elogiável congraçamento com os brasileiros.

É salutar ver a disposição e a alegria dos jovens ucranianos dedicados ao trabalho que enobrece, e participando de movimentos sociais e culturais, direcionados para os mais elevados ideais cristãos. Es-

ses jovens mostram à sociedade os mais dignos exemplos, seguindo os ensinamentos familiares e atuando para preservação dos elevados valores morais que tanto os dignificam.

Por estímulo e reconhecimento às atividades da Juventude Ucraniano-Brasileira, estou convicto de que esta Casa prazerosamente aprovará esta manifestação, que passa a ser não apenas minha, mas deste Poder integrado pelos representantes do povo paranaense.

#### REQUERIMENTO N° 573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de saudades ao Presidente TANCREDO NEVES, pela passagem do 4° aniversário de seu falecimento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Senhora RISOLETA NEVES.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Para prestarmos a nossa homenagem ao ensejo do 4° aniversário de sua morte, nada melhor do que recordar suas palavras, pois são grandes ensinamentos. Em cada frase uma excepcional mensagem, que infelizmente vemos com tristeza não ter sido assimilada, muito menos seguida como profissão de fé daquele que veio para reviver a esperança dos brasileiros num país melhor.

A morte do Dr. TANCREDO NEVES, num quadro que marcava a caminhada de volta a democracia plena, traumatizou toda a nação, mas ao mesmo tempo fez unir forças para a trajetória da esperança.

A afeição que cercava os brasileiros que antes de iniciar a jornada democrática se viram privados do comando austero daquele a quem haviam escolhido como guia.

Desejamos, portanto, que o nosso preito de saudades e respeito possa resumir nas citações do grande estadista.

"Teremos de colocar ordem imediata na Administração Econômica."

"Se Deus quisesse castigar os homens, ele não encontraria, através do diabo instrumento mais eficiente do que a inflação. Combate-se a inflação com trabalho, muito trabalho e muito trabalho."

Enquanto houver neste país, um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa".

"Não podemos sentir orgulho de cidadãos, enquanto houver, neste País, tanto sofrimento e tanto ultraje.

Temos que transformar, e logo, as declarações gerais em favor da justiça so-



cial, em atos concretos."

"O lucro sem trabalho e sem risco é imoral, impatriótico e suicida."

"Não teremos a Pátria que Deus nos destinou enquanto não formos capazes de fazer de cada brasileiro um cidadão em plena consciência dessa dignidade."

"Os trabalhadores brasileiros já não têm mais sacrifícios a dar. Eles já estão cortando a própria carne para assegurar a sua sobrevivência. Se eles não podem dar cota de contribuição econômica, eles podem dar uma contribuição substancial em termos de assegurar um clima de compreensão e de convivência social."

"Não vamos nos dispersar, continuemos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão. Se todos quisermos, dizia-nos, há quase duzentos anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, poderemos fazer deste País uma grande Nação. Vamos fazê-la."

"A participação da comunidade negra na vida econômica, social, política e artística no Brasil, não pode ficar limitada a umas poucas explosões de genialidade ou rasgos de formidáveis valores pessoais que não se podem conter dentro de uma segregação sempre negada, mas nunca extinta."

"Não vamos nos dispersar, porque se nos dispersarmos mostraremos que não ouvimos, que não compreendemos, que não fomos dignos da mensagem que nos foi transmitida sem esmorecimentos e sem vacilações e, somente é possível se nos mantivermos unidos pelo mesmo pensamento, mantendo a jornada sem nos dispersar."

"No avanço de nossas instituições políticas, na fixação dos limites de nosso território, o Brasil sempre ofereceu a moderação como motor de seu progresso, inspirador de suas ações e do seu engrandecimento."

"Vim para promover as mudanças, mudanças políticas, mudanças econômicas, mudanças sociais, mudanças culturais, mudanças reais, efetivas, corajosas, irreversíveis."

"Uma censura que simplesmente cerceia a criação, que amordace a inteligência, que abastarde o pensamento, não terá lugar no Brasil democrático que vamos implantar com ajuda do povo."

"A Constituição não é assunto restrito aos juristas, aos sábios e as políticos. Não pode ser ato de algumas elites."

É responsabilidade de todo o povo."

Muitas outras sentenças do Presidente TANCREDO NEVES poderiam aqui ser incluídas. Mas, acreditamos que estas são significativas.

#### REQUERIMENTO N° 591

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem por meio deste comunicar a Vossa Excelência que está retornando às atividades de Parlamentar, das quais havia se licenciado para assumir a Prefeitura de Curitiba.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 563

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado telex, no sentido de manifestar-se favorável a coibição com relação a importação de 800 toneladas de carne suína da Dinamarca.

Requer-se, também, da decisão da Casa, seja oficiado o Presidente da República, o Ministro da Agricultura, o Governador do Estado do Paraná, Senadores e Deputados Federais que representam o Estado do Paraná no Congresso Nacional e ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, dando-se ciência deste à Associação Paranaense de Suinocultura - A.P.S.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### JUSTIFICATIVA:

A Suinocultura brasileira passou por um longo período de crise, que feriu profundamente a atividade, desestruturando-a, levando vários pequenos produtores ao êxodo rural, reduzindo a estrutura de produção e reduzindo a oferta da carne de porco. É importante lembrar que o fator determinante desta crise foi a desastrosa importação de carne suína que o Governo Federal fez no final do Plano Cruzado. Todos se lembram da quantidade de pequenos produtores que não puderam pagar os empréstimos bancários.

O objetivo de nosso requerimento, e de fazer um alerta no sentido de prestigiar os nossos suinocultores brasileiros, em especial os de nosso Estado do Paraná.

Este alerta serve também para protestar junto ao Ministério da Agricultura, para que mande de volta à Dinamarca as 800 toneladas de carne suína, com isto virá a economizar a quantia de US\$ 1.419.000.

Sabemos que são grandes empresas importadoras que aparecem nos processos de importação, mas sabemos também que por trás existem grandes grupos empresariais.

Ao Governo Federal alertamos sobre a extensão do grande mal que ele repetirá e que não aceitamos.

#### REQUERIMENTO N° 577

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o



envio de Ofício desta Casa de Leis, à Professora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a criação de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries na Escola da Comunidade do Rio do Padre, Município de Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO N° 578

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício desta Casa de Leis ao Ilustríssimo Senhor FERNANDO XAVIER FERREIRA, Mui Digno Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto de Serviço na Comunidade do Rio do Padre, no Município de Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 579

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Ofício desta Casa de Leis, ao Excelentíssimo Senhor Delcíno Tavares da Silva, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de um Posto de Saúde, na Comunidade do Rio do Padre, Município de Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 589

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Ofício ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, apoiando o nome do Senhor Luiz Carlos Saldanha de Almeida, para recondução a função de Juiz Classista da 4.<sup>a</sup> Junta de Conciliação e Julgamento de Justiça do Trabalho em Curitiba - Pr, uma vez que o referido pela sua maioria obteve 55 dos votos dos bancários em Curitiba.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) PAULO FURIATTI.

#### REQUERIMENTO N° 584

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, solicitando sejam determinadas providências, a fim de que a APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Ponta

Grossa, venha a ser contemplada com veículo, preferencialmente uma Kombi, para o transporte da clientela assistida pela Escola Professora Maria de Lourdes Canziani - Ensino Especial, para o itinerário residência-escola-residência.

A Escola em questão está situada à Avenida Monteiro Lobato, n° 2.420- Bairro Jardim Carvalho, Ponta Grossa-Pr, e presta atendimento a 120 menores de até 18 anos, portadoras de deficiência mental treinável.

Assim, considerando a relevante contribuição emprestada pela referida Instituição à área social, nada mais justo que venha a ser beneficiada em sua pretensão de contar com mais este valioso instrumento de trabalho em favor do irmão menos favorecido.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, expondo e ao final solicitando o seguinte:

1. No dia 17 de setembro de 1981, no norte do Estado do Paraná, um soldado da Polícia Militar assassinou a tiros o comerciante Luiz Antônio Baldassarini.

2. A família da vítima, inconformada com o trágico acontecimento, procurou a conceituada banca de advocacia do professor e doutor Renê Ariel Dotti, para defendê-la em seus direitos.

3. O Tribunal de Justiça do Estado, no ano de 1986, confirmou as pretensões da família, determinando que o Governo do Estado pagasse uma pensão mensal para a viúva, até o ano de 2.005, quando, presumivelmente Luiz Antônio, poderia aposentar-se, e obrigando o mesmo Estado ao pagamento de uma indenização.

4. O Executivo Estadual imediatamente acatou a decisão judicial no sentido de pagar a pensão devida. Porém o pagamento da indenização ainda não foi realizado, por razões meramente burocráticas.

5. Ocorre que ainda no ano de 1986, a viúva, senhora Elizabety Gomes Baldassarini, contraiu uma terrível doença que, dia após dia, está minando-lhe as forças, destruindo seu cérebro, a fazendo perder os sentidos.

6. O combate ao câncer está a obrigando gastar muito, forçando-a, inclusive, a vender objetos pessoais e de família, os quais, se não possuem um alto valor comercial, são de enorme valor estimativo.

7. A vontade de viver contrasta terrivelmente com a dor da doença. O Estado do

Paraná, como devedor reconhecido judicialmente, pode ajudar para minorar tanto sofrimento.

8. Basta que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado solicite um estudo de sua assessoria para que possa ordenar o pagamento imediato da indenização devida, em caráter excepcional, por ser além de medida de justiça um ato de bom senso e, porque não, até de piedade.

9. Por certo, os Deputados desta Assembleia Legislativa saberão aprovar este requerimento por unanimidade. A Professora Elizabety é pessoa muito querida na cidade de Maringá. Merece a consideração de seus conterrâneos pelos seus serviços prestados para a comunidade e à educação. Foi mestra de paranaenses ilustres, como Governador Álvaro Dias, quando de sua infância.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

#### REQUERIMENTO N° 572

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Doutor Sérgio Tzusuki, Digníssimo Ministro da Saúde, solicitando a instalação de Posto provisório da SUCAM, em regime de urgência, no Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Helena, em contato com o Paraguai e intermediário entre Foz do Iguaçu e Guaíra, vem apresentando crescente número de casos de malária o que exige laboratório para exames de sangue da população em geral, bem como de outras medidas preventivas, visando evitar o alastramento do surto epidêmico ao longo da área do Lago de Itaipu.

A situação é alarmante, necessitando com a máxima urgência de entendimentos entre o Ministério da Saúde e o Governo Paraguai, no sentido de um trabalho conjunto, visando o atendimento urgente à população em contato com a área banhada pelo Lago de Itaipu, uma vez que esta vive a ameaça da contaminação da doença.

#### REQUERIMENTO N° 580

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, Senhor Ary Veloso Queiroz, solicitando que sejam adotadas medidas visando a retomada imediata das atividades normais na Superintendência Regional da Copel na Cidade de Maringá.

O movimento grevista desencadeado pe-

Curitiba, terça, em 18.04.89

los servidores daquela superintendência regional vem trazendo sérios prejuízos ao município de Maringá, principalmente afetando o funcionamento de hospitais, indústrias, estabelecimentos comerciais etc... enfim, é uma situação que não poderá perdurar por mais tempo, urgindo portanto que sejam encontradas soluções para o impasse em questão.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 571

Senhor Presidente.

Requerem seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a adoção das medidas cabíveis no sentido de que seja formulada proposta elevando o Município de Almirante Tamandaré à categoria de Comarca.

Outrossim, encarecem que a medida proposta seja procedida em caráter de destaque pelos motivos abaixo justificados.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) ACYR MEZZADRI

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição procura atender a antiga reivindicação da municipalidade de Almirante Tamandaré, amparada no fato inconteste que o Município em questão apresenta um volume de ações e movimento processual, em geral, tão grande ou talvez superior à própria sede da atual Comarca, que é Rio Branco do Sul.

Amparado nesta afirmativa, justifica-se plenamente a proposição, uma vez que todos aqueles que necessitam de serviços judiciais em Almirante Tamandaré, têm que se deslocar até Rio Branco do Sul, numa distância considerável, para obtenção de tais serviços.

Pelos motivos expostos e julgando do maior senso de justiça a pretensão da coletividade de Almirante Tamandaré, vimos propor o presente para o qual pedimos a devida aprovação dos nobres Pares.

#### REQUERIMENTO N° 581

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, Senhor Ary Veloso Queiroz, solicitando que sejam adotadas medidas para que sejam retomadas as atividades normais na Fundação Universidade Estadual de Maringá, tendo em vista a greve desencadeada pelos servidores daquela universidade vem causando sérios prejuízos aos estudantes.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

## REQUERIMENTO N° 594

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, gerenciando pela instalação de uma agência daquela conceituada instituição bancária, no Bairro do Uberaba (avenida Sen. Salgado Filho), nesta Capital.

A reivindicação foi encaminhada a este Parlamentar por lideranças dos bairros Uberaba, Guabirotuba, Jardim das Américas, Jardim Santa Bárbara, Jardim Centauro, Vila Lorena, Vila Santa Maria, Vila Mardem, Vila Rio, Vila Marques, Jardim Caliarí, Jardim Cristina e Jardim Petrópolis, que necessitam de uma agência nas proximidades para efetuarem recolhimentos e realizarem transações bancárias.

O plano municipal de desenvolvimento urbano de Curitiba preveu a criação de policentros com vida própria- daí a necessidade de criarmos mecanismos que facilitem a vida dos moradores das regiões policêntricas.

Temos certeza de que a dinâmica Diretoria do Banco do Estado do Paraná- BANESTADO, não medirá esforços no sentido de atender à reivindicação de tão merecedora comunidade.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER, seja transcrita na ata da Sessão de hoje, para que conste dos Anais da Casa, a publicação intitulada GOVERNADOR x MAGISTÉRIO, constante da Página da Educação, e divulgada no Jornal o Estado do Paraná, de 09 de abril de 1989, conforme recorte anexo.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) ANTONIO COSTENARO NETO

## JUSTIFICATIVA:

A publicação em tela retrata bem a "consideração" que vem sendo dispensada à classe do magistério paranaense, em suas reivindicações salariais ou funcionais.

Mostra, por outro lado, a preocupação do Governo em parecer "bonzinho", quando, na realidade, não atende os servidores, e os professores em especial, em seus pleitos básicos.

Por fim, documenta, uma vez mais, as reivindicações do magistério, muitas delas objeto de reiteradas solicitações.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 81/89  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1°- Fica concedida a IRENE TASSI SAVOLDI, viúva do ex-Prefeito do Município de Ourizona, Irineu Aparecido Savoldi, uma pensão mensal no valor equivalente a 3 (três) salários-mínimos de referência.

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas nupcias.

Art. 2°- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal no valor equivalente a 3 (três) salários-mínimos de referência a Senhora Irene Tassi Savoldi, viúva de Irineu Aparecido Savoldi, ex-Prefeito de Ourizona, ora submetido a exame e apreciação desta Casa de Leis, consubstancia medida que sob todos os aspectos é plenamente justa e oportuna, pois virá assegurar meios de sobrevivência à viúva do Prefeito Savoldi, falecido em acidente automobilístico, quando ainda no desempenho do mandato de Chefe do Executivo Municipal de Ourizona, para cujo cargo foi eleito nas eleições de 15 de novembro de 1982.

Estou certo de que esta proposição merecerá dos Senhores Deputados, o necessário apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI N° 082/89  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1°- Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNIDOS DO JARDIM PAULINO, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2°- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, tem sua sede no Município de Campo Mourão, com o nome de Associação de Moradores Unidos do Jardim Paulino.

Tal entidade, tem um caráter cívico, associativo, filantrópico e beneficente, sem fins lucrativos e de maior importância para toda a coletividade do referido jardim.

A pretensão do presente projeto de lei baseia-se no grande número de moradores filiados à Associação, necessitando a mesma contar com Recursos Estaduais para poder cumprir seus objetivos na defesa das justas reivindicações dos moradores.

PROJETO DE LEI N° 083/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O art. 15, da Lei Complementar Estadual n° 27/86, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15 - A instalação do Município far-se-á por ocasião da posse de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, em 1° de janeiro do ano seguinte às eleições municipais.

Parágrafo 1° - As eleições municipais para a investidura do primeiro mandato, realizar-se-ão até 120 (cento e vinte dias) a promulgação da lei que criar o respectivo Município.

Parágrafo 2° - Se a eleição ocorrer em ano diverso das eleições municipais gerais, os mandatos dessa investidura encerrar-se-ão no mesmo período daqueles.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamento: Basílio Zanusso, Namir Piacentini, Sabino Campos, João Arruda, Antônio Costenaro Neto, e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Não obstante a Constituição da República prescrever, em seu Capítulo IV, Art. 29, inc. I, norma geral sobre eleições municipais, no que concerne a formas de desmembramento ou criação de novos Municípios, o mesmo texto, em o art. 18, § 4°, remete a prerrogativa legislante à legislação estadual.

Ad argumentandum a hipótese de opiniões diversas a esta iniciativa, contrapomos o mérito da inteligência prática a ensinar-nos que, via de regra, o desinteresse administrativo dos municípios desmembrados, pelas áreas emancipadas, tem-lhes acarretado sérios prejuízos, mormente ocasionados pelo desinteresse de desatrelarem-se da estrutura geográfica originária.

PROJETO DE LEI N° 84/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor ÁLVARO DIAS.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

Esta homenagem deve-se ao fato de Álvaro Dias representar o expoente da política séria e competente não apenas a nível de Paraná mas, também, a nível nacional. A sua personalidade está impressa nesta administração conseqüente envolvendo ousadia, austeridade e competência, projetando o Paraná para outros Estados brasileiros.

Dai o porquê o Paraná se orgulha de ter Álvaro Dias como Governador. Um exemplo para a Nação. Muito mais uma bandeira de esperança para todos os brasileiros ávidos de um Brasil moderno e justo.

PROJETO DE LEI N° 85/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida a Senhora Maria Carla Montani Pereira, viúva do ex-Prefeito do município de São Pedro do Ivaí, Aloísio Alves Pereira, uma pensão mensal no valor equivalente a 3 (três) salários mínimos de referência.

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta Lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal no valor equivalente a 3 (três) salários-mínimos de referência a Senhora Maria Carla Montani Pereira, viúva do ex-Prefeito de São Pedro do Ivaí, ora submetido a exame e apreciação desta Casa, consubstancia medida que sob todos os aspectos é plenamente justa e oportuna, pois virá assegurar meios de sobrevivência à viúva do Prefeito Aloísio falecido aos 52 anos de idade, em trágico acidente automobilístico, quando ainda no desempenho do cargo de Chefe do Executivo Municipal de São Pedro do Ivaí, deixando 08 filhos, e para cujo cargo foi eleito em 15 de novembro de 1988.

Estou certo de que esta proposição merecerá, dos Senhores Deputados o necessário apoio e conseqüente aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, na última quinta-feira desliguei-me do PMDB. Filiado desde 1972 na Lapa, quando junto com o Deputado Maurício Fruet formamos o Diretório Muni-

cipal, logo depois militei num dos outros caminhos que a política me mandava na época da transformação que foi na Associação dos Engenheiros Agrônomos onde fui Presidente. Durante esse tempo todo militei no Partido. Foi a decisão mais séria e grave que como Deputado e cidadão tinha que tomar. Sinceramente com toda a franqueza, Senhores Deputados, Senhor Presidente, afirmo que não será com o quadro dirigente nacional do PMDB, que se não foi participante, foi cúmplice da situação que hoje se encontra o Brasil é que se conseguirá atingir os objetivos de mudanças tão desejado pelo povo brasileiro.

Existem quadros de um maior valor dentro do Partido, porém em minoria no campo das decisões e portanto, mesmo sem desejar estes quadros são coniventes com uma das maiores hipocrisias que já assisti na luta partidária, porque enquanto alguns fazem festa, outros colocam arsênico na taça de champanhe do homenageado.

Desligo-me do PMDB, abrindo mão de pertencer ao Partido que mesmo de mentira é Poder.

O sentimento que tenho, de um lado é de frustração por ter lutado tanto tempo para que o Partido chegasse a um posicionamento que mostrasse a sua verdadeira face ao povo brasileiro e que infelizmente isto não aconteceu. Mas de outro lado o sentimento de alívio por não mais participar e não ser conivente deste sistema de frente partidária que vem administrando este País. E dentro deste desligamento um novo horizonte se abre junto aos caminhos políticos.

A tarefa histórica de se eleger o 1º Presidente da República depois de quase 30 anos é um dever cívico de cada um de nós porque antes de sermos Deputados, antes de sermos membros de partidos, somos cidadãos brasileiros que no dia 15 de novembro iremos não só votar no candidato a Presidente da República mas vamos com o nosso voto, com o nosso trabalho desencadear um novo processo nesta Nação.

As reflexões da consciência me indicaram como candidato a Presidente nas próximas eleições do dia 15 de novembro um homem que foi história antes de 1964, história durante 64, e história depois de 64, que se chama Brizola.

E até vou me reportar ao texto do Sérgio Jockman para dizer por que Brizola. Talvez essa nossa imensa e atávica paixão pelos líderes carismáticos se deva ao fato de que eles são extremamente raros na História brasileira. Depois de muitos acertos os pseudolíderes, todos eles, na primeira dificuldade, renegam a seu destino e preferem o acerto vantajoso como aconteceu com esse espetáculo deprimente que assistimos hoje na figura do Ulysses Guimarães.

Foi no acerto, foi no acordo, foi no caminho menos espinhoso que criou as dificuldades em que hoje a população brasileira vira as costas a este que foi um dos comandantes da resistência democrática. E é com sentimento que digo isso, mas foi o acerto, foi a falta de decisões, foi a falta de no momento histórico se determinar junto com a população e o povo brasileiro o verdadeiro rumo que se decidia e que queria o povo que se tomasse.

Desses líderes apenas um não entrou na esparrela dos acordos fáceis, um líder que se chama Leonel Brizola. Concordando ou discordando, não há como negar a sua extrema fidelidade ao seu destino. Ele pode fazer voltas, ele pôde cortar atalhos, ele pôde abrir picadas surpreendentes, mas nunca se afastou do seu rumo original. Ele não teve condições de negociar em 1964, mas poderia ter negociado em 1970 quando foi sondado em 1974, quando foi inocentado em 1980, quando surpreendeu os americanos em Nova York.

Em 1981 Brizola poderia ter conseguido um atestado de bons antecedentes entrando para o PMDB. Em 1982 poderia ter sido eleito Governador do Rio de Janeiro sem esforço aceitando o apoio da Rede Globo. Em 1986 poderia ter feito o seu sucessor negociando com as esquerdas. Em 1989 poderia estar sendo aclamado no Brasil inteiro como a salvação nacional se tivesse aceitado jantar secretamente com o Senhor Roberto Marinho.

Por que Brizola resiste a todas essas tentações? Só há uma explicação: porque confia cega e convictamente no seu destino, e essa fidelidade a si mesmo que o povo percebe que cria o milagre do carisma. Mas ao lado dessa confiança existe também uma espantosa sensibilidade política. Em 1970, já com a cabeça fria Brizola profetizou com absoluta precisão o que ele chamava do aprofundamento do regime militar. Em 1981, quando o PMDB era a própria convenção dos santos, Brizola declarou que aquela frente se desintegraria quando chegasse ao poder. Em 1985, quando os puristas se horrorizavam, ele abraçou o Marchesin, subiu ao palanque com o PDS e disse que o inimigo era o PMDB. Em 1986, quando o Brasil inteiro babava o Plano Cruzado, inclusive eu, ele denunciava a medida como um engodo eleitoral.

Nos últimos 10 anos Brizola não tem cometido um só erro político. Sua intransigência com o PT que era considerada como um dos seus maiores defeitos políticos, desde novembro do ano passado, transformou-se na sua maior virtude. Tudo isso exige muito mais do que um velho espírito caudilhesco. É uma impressionante demonstração de lucidez política, por sinal, a responsável pela conversão de vários em-

presários à sua candidatura. Brizola lá dos cafundós do Uruguai, traduziu toda a algaravia otimista dos noticiários e descobriu que bastava se manter fiel a si mesmo, para que lhe jogassem no colo a Presidência da República. Neste país imediatista, onde ninguém consegue planejar 30 dias, esta longa, paciente e determinada espera é um milagre. Brizola apostou sua vida nele e se receber o prêmio, até os seus mais ferozes inimigos serão obrigados a confessar que ninguém mais fez tanto para merecê-lo.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando me desligo do PMDB para ficar à vontade para trabalhar pelo candidato que acredito conseguirá levantar a cabeça dos brasileiros - que se chama Leonel Brizola -, eu faço neste instante um apelo às lideranças políticas deste Estado que aqui presentes estão como Deputados: somem-se a este esforço nacional de levantarmos a cabeça do povo, de negociarmos a dívida externa com soberania, de resolvermos os problemas da dívida interna e façamos o que o poeta aclamado pelo povo disse na canção que exprimia a revolta dos brasileiros contra o regime: "Quem sabe faz a hora não espera acontecer".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, eu tenho muito respeito por Vossa Excelência pelo trabalho que Vossa Excelência tem feito não só em favor do Paraná mas como também para o Poder Legislativo, Vossa Excelência tem conduzido os trabalhos da Casa com absoluta imparcialidade, com inteligência e com patriotismo. Entretanto na semana passada Vossa Excelência adotou uma postura que embora, regimentalmente, defensável e justa, mas que ao meu ver extrapolou um pouquinho o espírito democrático que Vossa Excelência tem demonstrado na condução dos trabalhos. Foi quando Vossa Excelência recebendo na Mesa a emenda subscrita por diversos Senhores Deputados e que visava minorar a situação aflitiva dos funcionários da Casa, Vossa Excelência não a submeteu ao Plenário e avaçou, para, posteriormente, dar uma decisão através da Comissão Executiva.

Regimentalmente e por isonomia Vossa Excelência está perfeitamente dentro do que prescreve a Constituição. Entretanto nós temos que observar, Senhor Presidente, que acima da própria Constituição está a situação aflitiva que vivem os funcionários da Assembléia Legislativa do Estado,

que como poder constituído do Paraná, exerce o papel da maior importância para a vida do estado e dos cidadãos paranaenses. Por ser uma Casa Legislativa eminentemente política e prestando um serviço abrangente à sociedade, diversamente dos demais Poderes que são mais específicos, o seu funcionamento é muito mais complexo.

Para desempenhar este papel de tamanha relevância precisa o Poder Legislativo estar devidamente aparelhado e deve contar com uma estrutura sólida e eficiente, inclusive - e principalmente - no que se refere aos seus recursos humanos próprios.

É sabido que existe inadequação, devemos reconhecer as deficiências.

Entre as deficiências que podem ser sanadas com relativa rapidez colocamos a questão da remuneração do quadro de funcionários, que se encontra em acelerada defasagem. Entendemos que a justa recompensa pela prestação do trabalho é fundamental para o bom desempenho da máquina administrativa que se apoia exatamente no trabalho e na dedicação dos funcionários. E aqui nesta Casa, poucas são as funções não especializadas.

É indubitável - Senhor Presidente, e Senhoras e Senhores Deputados - a necessidade de se promover a imediata recuperação das perdas salariais, mas o que estamos vendo é exatamente o contrário. Se demonstrarmos um pouco mais para atentar para tão relevante detalhe, corre a Assembléia Legislativa o risco de sofrer um colapso no desenvolvimento de seus trabalhos. Isto seria grave numa situação normal. Mais grave se torna pela circunstâncias atual, quando este Poder está com a grande responsabilidade de elaborar a nova Constituição do Paraná, fato que lhe confere importância ainda mais saliente e amplia as tarefas em todos os seus setores.

Os salários do quadro funcional da Assembléia Legislativa estão sofrendo, ao longo destes últimos anos, um assustador processo de degeneração. Aham-se defasados em termos de comparativo com a própria inflação que infelicitou o país, como também defasados em termos comparativos com os servidores de outros poderes, não se observando o mais coezinho princípio de justiça e igualdade.

Não se pode falar em isonomia quando não se vê a aplicação da regra de vencimentos iguais para cargos iguais.

E nessa pirâmide vemos os servidores do Poder Legislativo com seus salários completamente achatados, sofrendo todos e se abatendo sobre os mais simples na hierarquia, uma pressão ainda maior.

Se tomarmos como referencial a escalada inflacionária, o alto custo de vida e as dificuldades impostas ao povo, sentimos que a média salarial dos nossos servidores



legislativos de qualquer categoria estatutário, celetista e comissionado, está em pisos tão baixos como jamais se viu, na história desta Casa.

Só para dar alguns exemplos que refletem o todo, podemos citar um Procurador ~~tem hoje~~ vencimento de 400 cruzados novos, ~~quantia também~~ percebida pelo Consultor Técnico; médico e odontólogo tem uma remuneração mensal de apenas 188 cruzados novos; oficial legislativo tem no patamar inicial de sua carreira tão somente 77 cruzados novos como remuneração, e se chegar ao topo da sua função não passa de 123 cruzados novos; redatores e jornalistas percebem salário base de 188 cruzados novos.

São exemplos claros eloquentes. Como é possível viver com remuneração tão aviltante? Como esperar eficiência com vencimentos que desestimulam? Mesmo que se inclua a gratificação de tempo integral, que é gratificação e não salário, ainda ficam esses níveis muito abaixo do que seria digno e justo.

É preciso que se chame atenção, também, para a categoria dos contratados sob o regime da CLT, os chamados celetistas, cujos vencimentos variam de 143 a 357 cruzados novos, numa categoria em que estão inclusive profissionais liberais.

Se baixos salários constroem e desestimulam, mais constrangedor se torna quando comparamos esses níveis com servidores de outros poderes, com idênticas funções, atribuições e responsabilidades. ~~A discrepância é gritante, os desníveis~~ são injustificáveis.

Tomamos como exemplo mais elucidativo o caso dos "Procuradores"

O Procuradores da Assembléia Legislativa tentam a equiparação de seus vencimentos com os valores salariais fixados aos procuradores do Estado e do Tribunal de Contas, reivindicação baseada no fato de que até dois anos atrás havia equiparação dos Procuradores desta Casa com os do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e do Estado.

Injustificadamente, nas mensagens e sanções de atualização de salários este Poder Legislativo contra os interesses de seus próprios servidores. Houve um rebaixamento sucessivo. Primeiro foi a desvinculação do que era estabelecido na lei da criação do cargo que atribuía a essa categoria profissional igualdade ao salário de auditor do Tribunal de Contas. Em seguida houve rebaixamento a nível inferior ao teto dos engenheiros do DER - Departamento de Estradas de Rodagem.

Agora, este Poder serve de corrimão para triplicar a diferença ao estabelecer 1.302 cruzados novos para os Procuradores de qualquer órgão de dois outros Poderes,

e ao mesmo tempo posterga o mesmo cargo deste Poder Legislativo a um fixo de apenas 400 cruzados novos.

É pena que os Senhores Deputados não estejam prestando atenção.

É inacreditável, parece brincadeira, ~~mas é a realidade. É inacreditável porque~~ eles percebiam os mesmos salários.

A Assembléia Legislativa favorece os outros e menospreza os seus. Relega o nosso quadro de Procuradores a uma situação constrangedora, como se fosse um ninho de erva daninha condenado à extinção. Ao assim proceder, a própria Casa deixa impressão que os diplomas dos nossos Procuradores não foram obtidos nas mesmas faculdades. E como se diz na gíria. "O Diploma dos Procuradores da Assembléia Legislativa foi feito nas coxas".

É preciso questionar esta situação aviltante. Até onde querem chegar? Talvez abolir de seus quadros as classes liberais e instituir uma nova atribuição constitucional para o Poder Legislativo?

Para deixar mais clara a defasagem e a discriminação, devemos todos atentar para este quadro:

Em 1984 o vencimento de Procurador da Assembléia era de 2 milhões 464 mil 911 cruzeiros; engenheiro de 1.<sup>a</sup> Classe 2 milhões 4 mil 460 cruzeiros, e Procurador do Tribunal de Contas, 1 milhão 915 mil, 362 cruzeiros.

Em 1987, a situação já era esta: engenheiro de 1.<sup>a</sup> Classe 59 mil 379 cruzados, Procurador do Tribunal de Contas 47 mil 587 cruzados e Procurador Legislativo 46 mil e 26 cruzados.

Em 1989 o Procurador do Tribunal de Contas passou para 694 cruzados novos, engenheiro de 1.<sup>a</sup> classe 516 cruzados novos e o Procurador da Assembléia tem um fixo de 400 cruzados novos.

E mais, ainda: tramita nesta Casa projeto do Tribunal de Contas que vai elevar o vencimento de seus Procuradores para 1.302 cruzados novos, enquanto o Procurador da Assembléia Legislativa vai continuar com os mesmos 400 cruzados novos de salário.

Nosso tempo é curto, não podemos fazer uma análise.

Mas, usamos especificamente o caso dos Procuradores porque é a partir desta categoria que deve ser todo o quadro reequilibrado na questão salarial, porquanto a vinculação existente puxa as demais categorias - e aquelas não vinculadas também terão restabelecidos os seus níveis, por simples questão de justiça.

E tal deve alcançar os inativos, porque temos aqui um número impressionante: funcionário aposentado com todas as vantagens do cargo, com 5 trênis, 5 quinquênios e 5 adicionais - recebe hoje pouco



mais de 350 cruzados novos; mais exatamente 355 cruzados novos e 55 centavos. Trata-se, no mínimo, de uma injustiça para alguém que dedicou sua vida ativa a este Poder.

Senhor Presidente, eu tenho um quadro aqui que é estarrecedor mas Vossa Excelência, conhece melhor do que eu a situação, Vossa Excelência em conversa informal que teve com esse Deputado, em janeiro, prometeu que na próxima vez que esta Casa apreciasse Mensagem do Senhor Governador, propondo melhoria salarial aos funcionários dos três poderes, Vossa Excelência apresentaria a Casa uma reestruturação geral do quadro de funcionários da Assembléia do Estado, eu tinha na oportunidade uma emenda, Vossa Excelência fez um apelo para que eu não apresentasse, atendi porque conheço o espírito público de Vossa Excelência, sei que Vossa Excelência jamais faltou com o compromisso assumido.

Vossa Excelência na semana passada reiterou novamente o compromisso de reestruturar convenientemente o funcionalismo da Casa, eu quero que Vossa Excelência saiba que eu confio na palavra de Vossa Excelência, eu sei que Vossa Excelência vai cumprir, é necessário Excelência, que não tardem essas providências, porque a situação é realmente aflitiva, e eu não faço esse apelo movido por interesses políticos, porque todos nós sabemos que cada funcionário deste Poder tem um compromisso com determinado Deputado, com determinado grupo político, eis que a maioria aqui chegou nas mãos de algum político. O meu problema não é interesse eleitoral, o meu é interesse humano, porque não é possível que esta Casa constantemente, promova melhorias para juizes, para desembargadores, para membros do Tribunal de Contas, Ministério Público, Magistério Público etc... etc... e porque o funcionário da Assembléia nunca fez baderna, nunca fez arruaça, nunca lotou as galerias, nunca jogou moeda em cima dos Deputados comportou-se sempre decentemente, é pisado e espinhado isso não pode continuar dessa forma, é necessário que haja conscientização, que o funcionário da Assembléia Legislativa do Estado tenha um grau de feito: precisa comer e vestir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa informa o Deputado Erondy Silvério que tomará o seu discurso, como subsídio para a próxima reforma que vai fazer nesta Casa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Tem a palavra pela ordem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, com a mesma honra e orgulho que eu tive em pedir a licença no dia 3 para me ausentar desta Casa e assumir a condição de Prefeito interino da Capital do Estado, comunico a Vossa Excelência, à Comissão Executiva que estou retornando hoje às atividades normais nesta Casa, encaminhando inclusive, por escrito, o meu retorno possibilitando para que eu possa atuar normalmente durante a sessão de hoje nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra a representação do PL.

Declina.

Consulta à Liderança do PT.

Declina.

Consulta à Liderança do PFL.

Declina.

Consulta à Liderança do PDC.

Declina.

Consulta à Liderança do PDT.

Declina.

Consulta à Liderança do PDS.

Declina.

Consulta à Liderança do PTB.

Declina.

Consulta à Liderança do PSDB.

O Senhor Haroldo Ferreira com a palavra.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra o PMDB.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumpre-nos, nesta oportunidade e nesta ocasião, fazendo parte deste parlamento, analisarmos, discutirmos e finalmente votarmos duas emendas de autoria de ilustres parlamentares desta Casa.

Mas, Senhores Deputados, é mister que além de simplesmente votarmos duas emendas, fazemos uma análise consciente das proporções destas emendas. O Estado do Paraná, o povo do Paraná, gastou no mês de março próximo passado, 58 milhões, aproximadamente, com a folha de pagamento dos Senhores funcionários. Esta emenda, de autoria do ilustre Parlamentar Ferrari Júnior antecipa o aumento para o mês de março. Antecipa o aumento para o mês de março e também dá os 39% no montante da folha de março.

Ora, Senhores Parlamentares, somente a diferença do que foi pago no mês de março, é de 18 milhões de cruzados. Uma folha de 58 passaria a 76 milhões de cruzados. Dezoito milhões de diferença. Teríamos mais 9 e 91, de aumento no mês de abril, o que

elevaria a folha de pagamento para 82 milhões de cruzados. Com 18 de diferença da folha de pagamento de março estaríamos elevando a folha de pagamento do Governo do Estado para cem milhões de cruzados, enquanto que a arrecadação não passará de 70 milhões de cruzados. O povo do Paraná, Senhores parlamentares, embora nós saibamos que os Senhores funcionários públicos merecem e precisam ganhar cada vez mais, o povo do Paraná não terá condições de arcar com tal índice.

O Senhor Governador do Estado, obrigatoriamente terá que vetar esta emenda. Teremos o prazo de 15 dias para o veto e 45 dias para a apreciação do veto. E com isto, os Senhores funcionários, possivelmente, não receberão nenhum aumento ainda na folha de abril. O Governo do Estado do Paraná quer fazer um apelo aos Senhores Parlamentares para que ajamos com consequência, para que analisemos com vagar, com serenidade, as nossas propostas.

Senhores Parlamentares, não podemos votar e nem apresentar emendas, nesta Casa, que tenham caráter de revanchismo, porque nós representamos, aqui, a população do Estado do Paraná e ela exige de seus representantes, serenidade e consequência na análise e votação de seus atos. O Governo do Estado do Paraná já demonstrou que quer, sempre que possível, dar aumentos aos senhores funcionários. No mês de março não foi possível porque a arrecadação não permitia. Tão logo o Senhor Governador, em análise com o Senhor Secretário da Fazenda sentiu da possibilidade imediatamente mandou uma Mensagem a esta Casa propondo o aumento aos senhores funcionários.

Não podemos agora, em nome de problemas pessoais, em nome de mágoas que nos afligem, a um ou a outro, aprovarmos esta emenda simplesmente catastrófica, para o erário público. O Estado, com certeza não poderá arcar com estas despesas. O Senhor Governador do Estado, inevitavelmente, repito, terá que vetá-la, e os senhores funcionários, ficarão ainda o mês de abril sem receber os seus vencimentos. Mas é claro, por que a ninguém é permitido gastar mais do que ganha, mais do que arrecada e nós podemos analisar a situação do país, em dívida externa vultosa, porque gastou mais do que arrecadou! O nosso Estado, um dos poucos estados da Nação brasileira que ainda tem crédito interno e externo e não nos cabe agora, Senhores Parlamentares, o direito de levarmos o nosso Estado à bancarrota!

Por isso, eu faço um apelo, Senhores Parlamentares, para que analisemos com serenidade esta emenda, deixemos de lado, Senhores, nossas mágoas pessoais e vamos olhar, acima de tudo, para o interesse do

Paraná, do povo do Paraná!  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de ... Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Algaci Túlio, comunicando seu retorno às atividades de Parlamentar, das quais havia licenciado-se para assumir a Prefeitura Municipal de Curitiba. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio dos Senhores Deputados Rauli Lopes, José Alves, e de demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 69/89. Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria de saber o teor deste requerimental.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Requer preferência de votação para o Projeto n. 69/89.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. APROVADO.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à chamada nominal.

(Procede à chamada nominal).

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu requeiro a dispensa da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência não pode requerer porque está na base de confirmação de presença.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Responderam a chamada 29 Senhores Deputados, há quorum para votação.

A Mesa anuncia com satisfação a presença do Doutor José Moacir Faveti, Delegado Chefe da Polícia Federal no Estado do Paraná, Superintendente da Polícia Federal, acompanhados dos Delegados Reginaldo Araújo e Marco Polo Jardim que fazem uma visita de cortesia a esta Casa. A Mesa, em nome da Assembléia agradece a representação que aqui se encontra e deseja uma feliz estadia em nosso meio.

Vai-se proceder à verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam o requerimento de preferência queiram levantar-se; 26 Senhores Deputados o aprovam. Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se; 02 o rejeitam. Está aprovado o requerimento de preferência.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 68/89. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 69/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 42/89), que objetiva reajustar, a partir de 1º de abril de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar. COM PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, emendas aditivas em número de 4 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA  
PROJETO DE LEI N° 69/89

Acrescente-se mais um artigo nos seguintes termos:

Art. ... - "O artigo 3º da Lei 8956 de 10.04.89, passa a ter a seguinte redação: "A Contratação só se dará por tempo determinado e não poderá ultrapassar o ano Civil".

Sala das Sessões, em 18.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

EMENDA ADITIVA  
PROJETO DE LEI N° 069/89

Acrescente-se o seguinte artigo, ao Projeto de Lei n. 069/89:

- O Poder Executivo, no prazo de 120 (Cento e vinte) dias, a partir da entrada em vigor da presente Lei, publicará, através de Ato Administrativo, a relação completa dos servidores públicos estaduais da administração direta, autárquica e das fundações públicas que adquiriram estabilidade na forma do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Sala das Sessões, em 13.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI N° 69/89

Acrescente-se mais um artigo, nos seguintes termos:

Inclua-se, onde couber:

"As contratações de que trata a Lei n. 8956 de 10.04.89, serão precedidos de teste seletivo, dando-se publicidade do Edital no Diário Oficial do Estado, especificando-se os cargos, valores salariais, prazo da contratação".

§ 1º - As contratações obedecerão rigorosamente a ordem de classificação, vedada a recontração do mesmo funcionário, nos termos desta Lei.

Sala das Sessões, em 13.04.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI N° 69/89

Acrescente-se o seguinte artigo:

Fica revogado o § Único do artigo 3º da Lei n. 8956 de 10.04.89.

Sala das Sessões, em 13.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Ainda sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de duas (2), de autoria do senhor Deputado Ferrari Júnior, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
EM 2ª DISCUSSÃO AO  
PROJETO DE LEI N° 69/89

Art. 1º - Substitui no Projeto de Lei n. 69/89, onde constar as expressões "dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988"

leia-se "dos vencimentos atuais" e "a partir de 1º de abril de 1989" para "a partir de 1º de março de 1989", e "a partir de 1º de maio de 1989" para "a partir de 1º de abril de 1989" e "sobre os vencimentos de abril de 1989" para "sobre os vencimentos de março de 1989".

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

Apoiamento:

Paulo Furiatti, Lindolfo Júnior, Valderi Mendes Vilela, David Cheriegate, Raul Lopes, Irondi Pugliesi, José Afonso Júnior, Antônio Costenaro Neto, Werner Wanderer, Haroldo Rodrigues Ferreira, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, (1) ilegível.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

EM 2ª DISCUSSÃO AO

PROJETO DE LEI N. 69/89

Art. 1º - O índice percentual de que trata o inciso I do art. 1º fica alterado para 39,27% (trinta e nove vírgula vinte e sete por cento).

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

Apoiamento:

Lindolfo Júnior, Hermas Brandão, Paulo Furiatti, Antônio Bárbara, Raul Lopes, Irondi Pugliesi, Antônio Costenaro Neto, José Afonso Júnior, Valderi Mendes Vilela, Basílio Zanusso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Nelson Vasconcellos, Werner Wanderer.

Em votação o Projeto, ressalvadas as emendas. Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram conservar-se como estão. APROVADO.

Emenda do Deputado Ferrari Júnior e outros Senhores Deputados. Altera a redação do Projeto de Lei n. 69/89; artigo 1º: substitui no Projeto de Lei n. 69/89 onde constavam as expressões de: vencimentos vigentes em dezembro, de 88, leia-se vencimentos atuais e a partir de 1º de abril.

Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram conservar-se com estão. APROVADA.

Voto contrário dos Deputados Nestor Baptista e Antônio Annibelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Registro meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência terá um destaque especial na Ata.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Art. 1º: O índice percentual de que trata o inciso 1º do Artigo 1º, fica alterado para

39,27%, Ferrari Júnior, e outros Senhores Deputados. APROVADO.

O Projeto irá à 3ª Discussão.

Emenda de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan já foram apresentadas em sessão anterior, serão convertidas em projetos à parte.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 68/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (Ofício n. 270/89), que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 140/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 73/88), que autoriza o Poder Executivo a doar ao município da Lapa, o imóvel rural medindo 6.050,00 m², situado no lugar denominado Rozeta Quarteirão Lagoão, transcrito sob o n.º 31.368, no livro 3-AG, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 153/88, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que cria os Distritos Administrativos de DOM ARMANDO E PORTÃO OCOY, no Município de Missal, com as divisas que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 195/88, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DE CIANORTE - APROMAC" com sede na cidade de Cianorte. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 199/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "IGREJA MISSIONÁRIA DE RECUPERAÇÃO VALE DA BÊNÇÃO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 214/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade

Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE TAROBÁ", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO JOSÉ GERARDO BRAGA", com sede e foro em Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 282/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 107/88), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Nova Cantu as datas de terras sob nºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da quadra nº 23, da Planta da Parte "A" da cidade de Nova Cantu, com área total de 3.750,00 m², matriculados no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Ubatã. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 287/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao maestro ALCEO BOCCHINO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 298/88, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE", com sede e foro na cidade de Antonina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 310/88, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. BENEDITO RODRIGUES SANTOS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

Sobre a Mesa, requerimento de nº 576, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 561, de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 569, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento de nº 575, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 583, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 562, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 595, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 596, de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 563, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 564, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 565, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 566, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 571, de autoria dos Srs. Deputados Acyr Mezzadri e Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 572, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 573, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 574, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 577, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 580, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 581, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 594, de autoria do Sr. Deputado Algacir Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 587, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 578, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 579, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 584, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 589, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 588, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 69/89

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs  
219/88,  
232/88  
260/88  
265/88  
266/88  
318/88  
326/88  
340/88  
342/88  
80/89

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO COSTENARO NETO, EM SESSÃO DO DIA 18 DE ABRIL DE 1989.

#### "GOVERNADOR X MAGISTÉRIO"

No dia 04 de abril a diretoria da APP - sindicato, recebeu um telegrama enviado pelo Chefe da Casa Civil, Antônio Acir Breda, comunicando que estava marcada uma

audiência, na agenda do Sr. Governador, com a diretoria da nossa entidade para 10.04.89.

No dia 5 de abril, por volta das 11 horas, a APP - Sindicato, recebeu um telefonema da Secretaria de Estado da Educação, Gilda Poli, comunicando que a audiência com o governador Álvaro Dias, tinha sido antecipada para a tarde desse mesmo dia.

Ao chegarmos ao Palácio Iguazu, ficamos surpresos com a quantidade de pessoas que começaram a chegar. Eram representantes de outras categorias de servidores, deputados da Bancada do PMDB, secretários de Estado e a imprensa. Não era uma audiência com representantes de professores para se discutir problemas do magistério, era um comunicado que o governo transparente do Sr. Álvaro Dias iria fazer. E pelo tom das conversas na antecâmara do salão palaciano, seria feita uma comunicação do reajuste salarial aos servidores estaduais.

Logo a seguir os presentes foram convidados a entrar no salão de reuniões do Palácio Iguazu. Minutos depois o Governador entrou no recinto e anunciou: O poder executivo enviará uma mensagem à Assembleia Legislativa, propondo um reajuste de 25,52% para o magistério, sobre os salários de dezembro." Este índice tinha sido vetado pelo próprio governador quando foi decretado o Plano Verão, além desse índice também foi concedido um reajuste de 9,91 % sobre os vencimentos de abril.

Os deputados e secretários aplaudiram, enquanto que os representantes dos servidores, principalmente dos professores, silenciaram-se decepcionados. O silêncio e a decepção por certo se transformarão em protesto que ecoarão em cada escola, em cada sala de aula e em cada família de cada professor deste Estado. Este reajuste não atende a reposição da defasagem salarial que se verifica e nem corresponde à expectativa que os professores tinham no governo do PMDB. Esses 25,52% hoje, sobre os salários de dezembro, que é o mesmo de novembro, já perderam praticamente a metade do seu valor.

Mais uma vez o magistério paranaense é tratado com menosprezo e desinteresse pelo governo do Sr. Álvaro Dias. Mais uma vez os professores do Paraná nada têm para comemorar ou aplaudir. Apenas se decepcionam e certamente deverão se posicionar na próxima assembleia da categoria, que deverá ser convocada proximamente.

Ainda no dia 05 de abril, pela televisão, o governador Álvaro Dias declarou que os servidores não apresentaram nenhuma proposta reivindicatória e que por isso ele irá enviar à Assembleia Legislativa aquela mensagem com os índices anunciados.

Questionamos o Sr. Governador, pois além dos índices oficiais anunciados pelas Secretarias da Administração, Educação, Casa Civil e ao próprio governador deste Estado, a APP - Sindicato, tem publicado na página da Educação e Folha do Professor, por muitas vezes, o número das perdas e o índice que o Dieese calculou. Sem falar é claro das reivindicações da categoria no momento da paralisação do ano passado, que foram amplamente comentadas, divulgadas pela imprensa e publicadas inúmeras vezes na Página da Educação e Folha do Professor.

Mais uma vez estamos tentando o diálogo e a negociação. Segue na íntegra, o último (e mais um) ofício entregue ao governador, nesta audiência:

"Senhor Governador

Com grande expectativa e com a angústia da categoria diante do quadro de insatisfação que paira no seio do magistério, voltamos à sua presença, trazendo mais uma vez as nossas reivindicações mais urgentes, em busca de soluções concretas e imediatas:

1. reposição salarial.
2. RDT - julho/89, aproveitando a classificação já existente e convocando antecipadamente a Comissão da APP - Sindicato.
3. Regência de classe para extraordinárias e CLT.
4. Gratificação de Regência de classe para todos que, ao se aposentarem, tiverem ministrado 10 anos de efetiva regência.
5. Realização dos concursos prometidos, com 10.000 vagas no mínimo, em 1989 e 1990, obedecendo calendário.
6. Chamamento dos concursados remanescentes.

7. Estabilidade para aulas extraordinárias com mais de 5 anos até 05.10.89.

8. Pagamento pela referência "7" para CLT e aulas extraordinárias.

9. Eliminação da frase "nas datas-base", da lei nº 8671 de 11.12.87 que modifica a de nº 8427 de 11.12.86.

10. Piso salarial de 8 SMR ou equivalente.

11. Concurso de transposição para aqueles efetivos que possuam habilitação.

12. Caso Valter Prando - protocolo nº 424249.

13. Aumento das referências de 11 para 15.

14. Lei para isenção do estágio probatório, beneficiando CLT que lecionou mais de 2 anos consecutivos ou 3 alternados.

15. Elevação da gratificação dos diretores de escola.

16. Disponibilidade do Conselho Geral da APP, para efetivo trabalho em prol da Educação.

17. Adiantamento, o mais breve possível, da execução do Programa de Municipalização do Ensino.

18. Solução imediata para os erros cometidos no pagamento dos professores (folha complementar).

19. Definição do governo junto aos bancos e Sistema Financeiro da Habitação, para pagamento de contas, água, luz, telefone, casa própria dos professores e funcionários públicos que recebem no mês seguinte ao trabalhado.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos a Vossa Excelência nossos protestos de apreço e consideração.

Respeitosamente

ISOLDE BENILDE ANDREATA  
Presidenta."